



A Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão exige soluções para um dos mais graves problemas sociais do Estado, a situação de calamidade nas unidades prisionais maranhenses. **Pág. 3**

OAB/MA quer solução para pagamento de precatórios em atraso Pág. 5

ENTREVISTA: Valdênio Caminha (tesoureiro) Pág. 5

Nova sede da Subseção de Imperatriz está garantida Pág. 9

Convênio com AASP oferece cursos a distancia aos advogados do Maranhão. Pág. 12

Editorial

Sob o imperativo da independência

No Estado Democrático de Direito, a democracia busca a efetização dos direitos fundamentais e da cidadania. Em breve compreensão, seria um ideal elevado de sociedade em que o direito a ter direitos seja assegurado e viabilizado. Da proposição literal do conceito à realização prática da justiça, no dia a dia de cada cidadão, uma distância se impõe ao longo caminho a ser percorrido. Não é à toa que o desafio posto à OAB inclui no artigo 44, do Estatuto da Advocacia: “defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas” – tarefas imprescindíveis ao desafio da construção do Estado de Direito.

Tal missão primordial exige o imperativo da independência que legitima cada atividade, cada atuação na agenda da Ordem dos Advogados maranhenses. Seja ao propor intervenção na ação que já tramita contra a pensão recebida pelos ex-governadores (página 4), seja ao

exigir das autoridades providências para os graves problemas que afetam o Sistema Prisional (matéria na página 3), a OAB/MA cumpre seu papel, sem se omitir de suas responsabilidades. Ao cobrar do Governo do Estado o pagamento dos precatórios em atraso (página 5), a Seccional reivindica o cumprimento da Constituição Federal e demonstra intervir, de forma independente, não apenas nos temas de interesse da classe, mas da sociedade.

O parágrafo 1º, item II, do artigo 44, preconiza, de modo inequívoco, que: “A OAB não mantém com órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico”. A condição sine qua non representa o respaldo e a força da instituição no enfrentamento de questões urgentes, sem o qual o caos costuma instalar-se, em determinados segmentos sociais.

Concebe-se que, assim como advogados e advogadas são indispensáveis à administração da Justiça, a OAB é a guardiã dos direitos e garantias fundamentais, sempre pronta a zelar pelo Estado Democrático de Direito.

TRÂMITES

Advogados no Parlamento

A primeira Quinta Jurídica do ano faz jus ao caráter atual do evento, com temas que promovem a interação entre o Direito e a contemporaneidade. No próximo dia 24 de fevereiro, às 19h, na sede da OAB/MA, os advogados poderão assistir a uma abordagem inédita com o tema: O advogado na atividade parlamentar. Os expositores serão os deputados federais maranhenses, Flávio Dino (PCdoB) e Gastão Vieira (PMDB)

Direito Público & Privado

O conselheiro seccional suplente e presidente da Comissão de Direito Internacional da OAB/MA, Carlos Eduardo Cavalcanti, é um dos palestrantes do III Encontro Nacional de Direito Público & Privado realizado pelo IMADEC (Instituto Maranhense de Defesa do Consumidor e Ensino Jurídico), que acontecerá nos dias 31/03 e 01/04/2011 no Rio Poty Hotel. O tema da palestra do Conselheiro será *Cláusulas abusivas nos contratos da Construção Civil*.

Ordem no Exame

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) junto aos bacharéis em Direito que realizaram a primeira fase do último Exame de Ordem traz revelações que refutam argumentos dos que são contrários à exigência. 83% dos entrevistados consideram o Exame importante ou muito importante para manter o bom nível da Advocacia. Os favoráveis à realização do Exame correspondem a 82%, enquanto 86% preferem o modelo unificado em todo o país, como o que vem sendo adotado. Sua utilidade é reconhecida por 75% dos bacharéis.



CARTUM GENTILMENTE CEDIDO POR SELEM, BERTOZZI CONSULTORES ASSOCIADOS

Expediente

O Fórum - Informativo oficial da OAB-MA

Presidente: **Mário de Andrade Macieira**

Vice-Presidente: **Valéria Lauande Carvalho Costa**

Secretário Geral: **Carlos Augusto Macedo Couto**

Tesoureiro: **Valdênio Nogueira Caminha**

Secretária Geral-Adjunto: **Ana Flávia Melo Vidigal Sampaio**

Periodicidade: mensal

Tiragem: 8 mil exemplares

Reportagens: Aline Cristina e Alice Pires

Fotos: Handson Chagas e colaboradores

Projeto Gráfico: Ideia Propaganda

Coordenação do Núcleo de Comunicação:

Flávia Regina Melo

Endereço para correspondência: Rua Dr.

Pedro Emanuel de Oliveira, 01, Calhau.

CEP: 65.076-908 - São Luís/Maranhão

Fone: (98) 2107 5407

E-mail: redacaoabforum@hotmail.com

imprensaob@uol.com.br

Site: www.oabma.org.br

OAB repudia calamidade no Sistema Prisional

A Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão tem enfrentado um dos mais graves problemas sociais do Estado, a situação de calamidade nas unidades prisionais maranhenses, tema de denúncia veiculada no dia 30 de janeiro, pelo programa Fantástico, da Rede Globo. Uma Nota Oficial, assinada pelo presidente da Ordem, Mário Macieira, apontou que a situação não apenas fere os direitos fundamentais da pessoa humana, como atesta o histórico descaso do Estado, sem que a questão carcerária encontre efetivo e real enfrentamento.

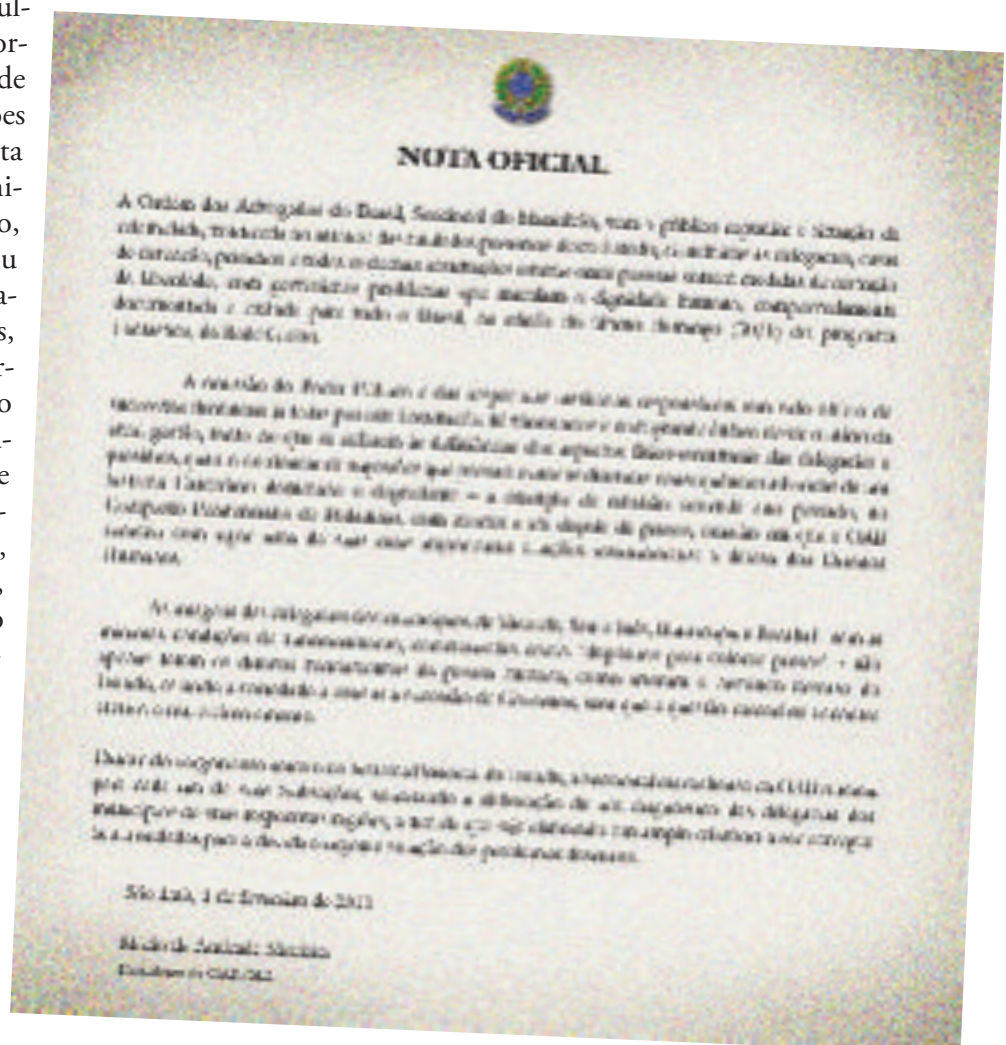
No início do mês, a OAB/MA enviou ofícios para cada um de suas Subseções, solicitando a elaboração de um diagnóstico das delegacias dos municípios das respectivas regiões, a fim de que seja elaborado um amplo relatório a ser entregue às autoridades para a solução do problema. Até o fechamento desta edição, nenhuma medida havia sendo tomada pelo Poder Público. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, Mário Macieira, convocou o Conselho Seccional para uma sessão extraordinária, no dia 10 de fevereiro, com objetivo de discutir as tragédias ocorridas, que vêm ocorrendo, de forma sistemática, no interior dos presídios do Estado. “Precisamos não apenas de medidas paliativas, tópicas, emergenciais. Não sabemos nem quem são os presos, quais são suas penas, fala-se em mais de 1.900 presos. Não sabemos quais os dados que podemos dispor até para propor políticas públicas”, aponta.

A rebelião do Complexo de Pedrinhas, em novembro



Presos em delegacias superlotadas no Maranhão: sistema carcerário exige atenção urgente

do passado, resultou em 18 mortes, com mais de seis decapitações de presos. Nesta semana, no município de Pinheiro, o conflito causou seis mortes e quatro decapitações, com cenas de barbárie, tais como cabeças penduradas nas celas e olhos arremessados. “O quadro, infelizmente, não é um quadro isolado. As denúncias não têm sido investigadas ou, se foram, não chegaram a ser divulgadas”, afirmou Mário Macieira em entrevista à TV Brasil, este mês.



OAB/MA propõe intervenção na ação contra pensão de ex-governadores



Conselho Seccional da OAB/MA cumpre determinação do Conselho Federal no caso da pensão dos ex-governadores

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão, Mário Macieira, submeterá ao Conselho Seccional, a solicitação de habilitação da instituição como *amicus curiae* (“Amigo da Corte”), no caso da pensão paga aos ex-governadores do Estado. No Maranhão, a OAB não vai mais necessitar propor uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) porque a Procuradoria Geral da República já propôs ação (ADIN nº. 3418) contra o artigo 45, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Estadual

do Maranhão, e a Lei Estadual nº 6.245, de 1994, que ainda permanecem em vigor. O artigo nº. 45 das Disposições Constitucionais Transitórias fixou a pensão aos ex-governadores e a Lei 6245 estendeu a pensão às viúvas dos ex-governadores. A ADIN proposta pela Procuradoria Geral da República no Estado tem como relator o ministro Dias Toffoli.

Em entrevista à rádio Capital, o presidente da OAB/MA, Mário Macieira explicou que a Constituição Federal de 1988 extinguiu o privilégio, por ferir os princípios de igualdade, moralidade e impessoalidade.

OAB NA MÍDIA



Tony Castro entrevista Mário Macieira

Em companhia do diretor geral da ESA (Escola Superior de Advocacia), Eduardo Lula, concedeu entrevista ao vivo ao radialista Tony Castro, da Rádio Educadora. Foi abordada a questão da pensão vitalícia aos ex-governadores. A Seccional do Maranhão encaminhará uma representação à OAB nacional informando sobre os ex-governadores do Estado que recebem, mensalmente, o montante de R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais). Caso a tese

de não concessão das pensões seja referendada pelo Supremo Tribunal Federal, o debate passará a ser se os ex-governadores maranhenses, favorecidos desde 1969, deverão ou não ressarcir o erário público.

Tal proposta é baseada no preceito jurídico de que, como a Constituição Federal de 1988 não prevê esse tipo de gratificação, ela nunca deveria ter existido, mesmo havendo uma previsão do pagamento das pensões aos ex-governadores maranhenses na Constituição Estadual. “Mesmo com tal previsão regional, a medida não deveria acontecer, por um motivo simples: o Brasil funciona sob o regime de Federação. Como a Carta Magna de 1988 deixou de conceder a pensão aos ex-presidentes, as constituições estaduais deveriam acompanhar o entendimento da Lei Maior”, esclareceu Mário Macieira, durante entrevista.

OAB/MA quer solução para atraso no pagamento de precatórios



O ex-presidente Caldas Gois e o atual presidente Mário Macieira durante audiência com o presidente do TJMA Jamil Gedeon

“É um retrocesso para a história do Estado, que nunca deixou de pagar em dia os precatórios. Se este cenário se prolongar, estaremos no mesmo patamar de muitos estados brasileiros que possuem dívidas como esta”, declara o presidente da OAB/MA, Mário Macieira, ao deixar clara a posição da Seccional maranhense quanto ao atraso no pagamento dos precatórios (referentes ao exercício 2010) por parte do Governo do Estado. A reivindicação tem sido uma das principais bandeiras de luta da Diretoria da Ordem dos Advogados no Maranhão, que já enviou ofícios à Secretaria de Estado de Planejamento, à Procu-

radoria Geral do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, com objetivo de obter informações precisas sobre a falta do pagamento.

O presidente da OAB/MA Mário Macieira, acompanhado do ex-presidente da Seccional, José Caldas Gois, e do conselheiro federal pela OAB/MA, Ítalo de Azevedo - além dos advogados que acompanham diretamente o caso, tais como a advogada Mirella Parada e o secretário geral da Comissão de Direito Desportivo da OAB/MA, Gutemberg Braga - esteve com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do

Maranhão, o desembargador Jamil Gedeon, para tratar da questão do pagamento dos precatórios. Na audiência, foi confirmado o atraso, que já soma um montante de R\$ 73.501.628,51 - cifra relativa aos precatórios expedidos pelo TJ/MA, em desfavor do Estado do Maranhão. O desembargador Jamil Gedeon assegurou que já se reuniu com representantes da Procuradoria Geral do Estado, a fim de efetivar os pagamentos, em cumprimento à Constituição, no que se refere à forma de remuneração e à devida atualização monetária dos precatórios.

Macieira lembrou ainda que a reivindicação está fun-

damentada no artigo 44, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), que estabelece como uma das finalidades institucionais da Ordem a defesa da Constituição, da Ordem Jurídica do Estado Democrático de Direito e da rápida aplicação da justiça. “A OAB/MA permanecerá comprometida em fazer cumprir o que preconiza a Constituição. Nosso compromisso é, acima de tudo, fazer valer a Ordem Jurídica do Estado Democrático de Direito. A problemática dos precatórios também é uma causa nossa e, portanto, ficaremos atentos quanto à sua resolução”, acentuou o presidente.

Entrevista: Valdênio Caminha (Tesoureiro da OAB/MA)

“A OAB não recebe recursos do Governo, do Terceiro Setor. A independência pelo ponto de vi

A partir desta edição, o jornal O Fórum vai apresentar o perfil e as idéias dos dirigentes da OAB do Maranhão. A dedicação para representar a classe, ressalte-se, de forma voluntária. O entrevistado deste número é o procurador do Estado, Valdênio Estácio de Sá (UESA/RJ) e em Direito Público pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Administrando os recursos de manutenção de seu patrimônio de virtudes, destaca o aspecto institucional da importância do pagamento da anuidade: a independência, cada advogado recebe de volta o valor pago pela anuidade.



Dr. Valdênio, é possível converter os recursos pagos pelos advogados com a anuidade em quê?

A OAB, historicamente, desde sua constituição preza pela questão da independência e a independência também passa também pelo ponto de vista econômico. A OAB não recebe recursos do Governo, não recebe recursos de empresários, nem do Terceiro Setor, Vive, basicamente, dos recursos oriundos dos pagamentos dos advogados para cumprir as funções institucionais da OAB - que é a defesa dos interesses dos advogados, das suas prerrogativas e também o papel do serviço público mais relacionado à questão da defesa da democracia, da defesa do Estado Democrático de Direito, dos Direitos Humanos. Aqui no nosso Estado, temos enfrentado bandeiras importantes a serem discutidas, como por exemplo,

as dificuldades que nós enfrentamos no Sistema Carcerário é um exemplo típico do papel da OAB na defesa do Estado Democrático de Direito, da defesa dos Direitos Humanos. Por outro lado, o não pagamento dos advogados dativos por parte do Governo do Estado é uma defesa dos interesses diretos dos advogados, que também é papel da OAB, que é cumprida a partir dos recursos que são pagos pelos advogados.

Seria este outro aspecto, ainda mais importante, que justifica o pagamento em dia da anuidade?

Sem dúvida. Recentemente, tivemos a reunião do Conselho Federal para planejar a gestão financeira de 2011, quando o ex-presidente Cesar Brito fazia um comentário interessante: com todos os serviços, com o papel que a gente tem, com toda a estrutura que nós temos, nós conseguimos

manter toda essa estrutura a nível federal e a nível estadual, das 27 federações, várias Subseções, tão bem estruturadas, com menos de um cafezinho dia! Ou seja, é um feito inédito e que nós precisamos cada vez mais buscar eficiência, qualidade para manter e ampliar esses serviços.

Só pra ter uma idéia do valor que nós arrecadamos quando instituímos a anuidade, não fica 100%, há um sistema de compartilhamento das despesas. 10% de tudo que é arrecadado vai diretamente para o Conselho Federal, o próprio banco já faz o repasse. 3% por cento temos que reservar para o fundo cultural, 2% para o FIDA (NR: **Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogado**), fundo que é administrado pelo Conselho Federal - importantíssimo - e 20% do valor é destinado para a Caixa de Assistência. Isso, se fizermos a soma dá 35%. Então, só nos sobra 65% do valor da anuidade para custear todo o financiamento das Subseções, da própria Seccional, incluindo, pagamento de empregados, manutenção do prédio, enfim toda estrutura que nós mantemos aqui. E que é exemplar.

Todos os projetos e eventos da Seccional são viabilizados com recursos, em sua grande maioria, oriundos das anuidades pagas pelos advogados. Como tem sido possível conciliar a dinâmica da atual gestão, com diversas atividades, apenas com tal soma de recursos?

Nós temos procurado, primeiro, buscar um padrão de eficiência.

Do ponto de vista da arrecadação, nosso sistema está todo informatizado. Nós desenvolvemos, no ano passado, um programa de refinanciamento das dívidas daqueles advogados que se encontravam em débito e, por outro lado, temos buscado ampliar os serviços que a Ordem e a Caixa de Assistência disponibilizam para os advogados, no sentido de incentivá-los a manter a sua anuidade em dia.

Os advogados precisam ter muita atenção porque nós podemos observar que existe um processo muito grande de informatização dos tribunais e que isso pode gerar até uma exclusão da Advocacia, nos próximos anos, daqueles que não se aperfeiçoarem. Já temos 18 tribunais da Federação que estão interligados ao nosso Cadastro Nacional de Advogados. Então, se o advogado não estiver com seus dados inseridos no Cadastro Nacional, se não estiver regular, não vai conseguir peticionar, não vai conseguir elaborar e, mesmo que elabore as petições, não vai conseguir enviar pelo meio eletrônico. Consequentemente, esse processo de informatização vai acabar gerando, por exemplo, uma redução do nosso índice de inadimplência, que é um problema sério. Nós temos um altíssimo índice de inadimplência, isso é uma realidade no Brasil inteiro e os mecanismos de controle não são tão eficientes para fazer a cobrança. Temos buscado eficiência, eficiência para cobrar, eficiência também na hora de gastar, buscar os melhores preços as melhores condições, temos construído parcerias também com

“não recebe recursos de empresários, nem da Ordem também passa também lista econômico”

cação às causas da Advocacia e da sociedade tem feito parte da trajetória daqueles que carregam a responsabilidade de Nogueira Caminha, de 45 anos, professor universitário, pós-graduado em Processo Administrativo pela Universidade de Fortaleza. Com rigor, o cearense convidado para ser o tesoureiro da Seccional, por acumular a disciplina em defesa da Ordem. E, advogando em defesa dos advogados, argumenta em favor do que chama “anuidade zero”. Ou seja: que a anuidade, na forma de serviços oferecidos. Confira.

entidades no sentido de ampliar, de não deixar de fazer os eventos que são importantes e de prestar os serviços que são relevantes para os advogados.

Por falar nisso, qual o índice de inadimplência da OAB/MA?

O nosso índice de inadimplência hoje é maior que 30 por cento. É um índice alto, nós estamos fazendo a revisão, a Secretaria Geral está fazendo a revisão do nosso cadastro. A cobrança pressupõe uma tarefa, de certa maneira difícil. O sonho da OAB, no Conselho Federal é manter um índice de inadimplência que gire em torno de 20 a 25 por cento e são poucas as unidades da Federação que atingem isso. São Paulo é uma delas, por ser maior e pela quantidade de serviços oferecidos. Acreditamos que a principal maneira de reduzir a inadimplência é ampliar os serviços.

Só para dar um exemplo meu, bem objetivo, meu filho faz faculdade em razão de um convênio que a Caixa de Assistência mantém com a Universidade. Eu tenho direito a um desconto de 90 reais por mês, são 12 parcelas e isso me dá um desconto de praticamente mil reais por ano. Quer dizer, é quase o dobro do valor da minha anuidade. Se juntar isso ao Portal Líber - e hoje já temos uma quantidade bem significativa de advogados que estão cadastrados e que precisam estar em dia para estarem cadastrados e que recebem todas as publicações fornecidas, sem nenhum acréscimo. Para receber, basta que eles façam o cadastro e estejam com

a anuidade em dia. Nós sabemos que tem empresas que cobram em torno de 40, 50 reais por mês, por advogado, para fornecer esses dados. E isso só o Portal Líber já traz um benefício que corresponde ao valor da anuidade. Agora mesmo, junto com a Caixa de Assistência, vamos colocar uma van que vai ligar os diversos fóruns da cidade e com horário pré-determinado para que os advogados possam utilizar. Ampliar os serviços oferecidos a quem esteja em dia com sua anuidade, não tenha dúvida, que é a maneira mais eficiente.

Qual a situação financeira hoje da OAB/MA?

A OAB do Maranhão tem as contas equilibradas, nós não temos dívidas, a OAB é saneada. Ela já era assim, já recebemos das mãos do Dr. Gois uma OAB saneada e continua sem dívidas. Comparando com as demais seccionais, é uma OAB com poucos advogados. Nosso vizinho, o Piauí, tem mais advogados inscritos do que o Maranhão, surpreendentemente, segundo dados que recebi agora do Conselho Federal. No entanto, é uma Seccional que gasta com muito equilíbrio, pois nós não temos muita margem

para fazer grandes investimentos, nós fazemos tudo com muito equilíbrio e por isso é uma OAB saneada, sem débitos, com suas contas em dia.

À frente do Setor Financeiro, qual a avaliação que o senhor faz desse primeiro ano da atual gestão?

Eu, numa visão extremamente otimista, acredito que se mantivermos o ritmo de 2010 já está

“A OAB do Maranhão tem as contas equilibradas, é saneada, mesmo com pouca margem para fazer grandes investimentos. Nosso vizinho, o Piauí, tem mais advogados inscritos que o Maranhão”

tudo muito bem, mesmo com todas as nossas dificuldades financeiras. Mesmo com todo nosso problema referente à inadimplência, nós não deixamos de realizar reforma de todas as Salas dos Advogados, aqui na cidade de São Luís, não deixamos

de promover reformas de salas, também nas Subseções, de montar, estruturar a Subseção de Caxias, enfim de manter toda a estrutura de promover vários congressos. Aqui, na nossa sede, fizemos o Centro Administrativo que racionalizou muita coisa, inclusive a nossa energia baixou. Fizemos também o Escritório Compartilhado. São tantas as atividades que firmamos, agora recentemente,

um convênio com a Associação dos Advogados de São Paulo para promover cursos aos advogados. Compramos equipamentos, os advogados estão participando. Acredito que nesse primeiro ano a administração é exitosa. E eu já me dou por satisfeito se, em 2011, nós conseguirmos, mesmo com poucos recursos, utilizá-los da melhor maneira possível para que os serviços continuem sendo ampliados e que a inadimplência seja algo que os advogados não queiram porque eles perderão muito mais do que pagando sua anuidade em dia.

Cobrar não é uma tarefa confortável. Como convencer um advogado a pagar sua anuidade?

Cobrar não é uma tarefa fácil, é evidente. Mas, eu repito, a melhor maneira de arrecadar, principalmente numa associação como é a Ordem, é prestar serviço, prestar serviços de qualidade, é o advogado reconhecer que não está pagando algo que não tem nenhum retorno. A melhor maneira é a OAB se manter firme na defesa dos advogados, dos direitos dos advogados, ampliar seus serviços, em colaboração com a Caixa de Assistência, ampliar seu papel na defesa da Democracia, do Estado Democrático de Direito, da defesa dos Direitos Humanos. Enfim, se a OAB fizer tudo isso e o advogado sentir a sua presença, comparecendo para pagar a anuidade, ele está fortalecendo a entidade que é importante para ele e para a sociedade brasileira e maranhense.

Mário Macieira é escolhido membro de Conselho Nacional para Exame de Ordem

O presidente da OAB/MA, Mário Macieira, foi um dos cinco presidentes de Seccionais do Brasil a ser designado membro do Conselho Gestor de Aplicação do Exame de Ordem 2010.3, pelo Conselho Federal da OAB/MA.

Com ele, foram também designados para a função os presidentes da OAB/DF, Francisco Caputo; do Pará, Jarbas Vasconcelos; da OAB/PR, José Lúcio Glomb e da OAB do Estado de São Paulo, Luiz Flávio Borges. A escolha de Macieira é um reconhecimento à sua destacada atuação em favor do Exame



O presidente da OAB/MA, Mário Macieira designado pelo presidente da OAB nacional, Ophir Cavalcante para com por o Conselho

Nacional da Ordem. Quando foi presidente da Comissão de Exame de Ordem, em 2004, ele elaborou um parecer com a proposta de Unificação Na-

cional do Exame da OAB, responsável pela padronização que impôs mais segurança e transparência ao certame.

Por meio do Exame de

Ordem, a OAB - representada pelo Conselho Gestor de Aplicação do Exame - não somente analisa a capacidade profissional do examinando como promove a confirmação de seu conhecimento e a devida aceitação social de sua aptidão.

A criação do Conselho integra uma das mais importantes preocupações da OAB, que é a atualização e o aperfeiçoamento profissional de seus advogados, por meio de cursos oferecidos pela Escola Superior de Advocacia (ESA) e de encontros jurídicos, entre outras atividades, realizadas em cada Seccional.



**ADVOGADO EM DIA.
ADVOGADO EM ORDEM.**

Pague sua anuidade a partir do dia 3/01/11.

Descontos especiais para pagamentos no final de janeiro e fevereiro.

ACESSE: www.colfema.org.br ou ligue: (16) 2107.5403

OAB & Você. Sempre.



OAB CADA VEZ
MAIS PRESENTE

Construção da nova sede da Subseção de Imperatriz está garantida



Diretoria da OAB e da CAA discute projeto de construção da nova sede com o presidente da Subseção, Vandir Junior: compromisso a ser cumprido em breve

As diretorias da OAB/MA e da CAA (Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão) receberam, no dia 19 de janeiro, o presidente da Subseção de Imperatriz, Vandir Junior. Os principais assuntos tratados foram a construção da nova sede da Subseção de Imperatriz e melhorias na qualidade de prestação de serviços da CAA na região.

Participaram da reunião o presidente da OAB/MA, Mário Macieira; a vice-presidente da OAB/MA, Valéria Lauande; o secretário geral da OAB/MA, Carlos Couto; o conselheiro federal, Guilherme Zagallo; o diretor geral

da ESA (Escola Superior de Advocacia), Eduardo Lula; o presidente da CAA, Gerson Nascimento; o vice-presidente da CAA, José Olívio Cardoso e o presidente da Subseção de Imperatriz, Vandir Junior.

Ao avaliar o trabalho que foi desenvolvido pela OAB/MA na Subseção de Imperatriz, ao longo do ano de 2010, Vandir Junior foi categórico: “Nunca progredimos tanto. Saímos da Idade da Pedra e alcançamos o século XXI”, comparou o presidente da Subseção de Imperatriz.

Mesmo com os avanços estruturais obtidos no ano de 2010 com a compra de com-

putadores, construções de centrais com ar condicionado, além de espaços compartilhados e da Sala dos Advogados, Vandir Junior defendeu a melhoria da prestação de serviços oferecidos pela CAA na Subseção.

Construção da sede em Imperatriz – Avaliada em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), a construção da nova sede da Subseção de Imperatriz contará com um espaço de 900 m² de área edificada, num espaço total de 2.850 m². “A ideia é construirmos a sede da Subseção de Imperatriz, com olhos voltados para o futuro. Hoje esta Subseção conta com

700 advogados inscritos, mas daqui a 30 anos as necessidades serão outras, portanto, o prédio será arquitetado de forma a possibilitar a sua ampliação, com base no que já teremos feitos”, planeja Vandir Junior.

O presidente da OAB/MA, Mário Macieira - que não mediu esforços para reivindicar à OAB nacional recursos para a construção da nova sede da Subseção de Imperatriz - garantiu que a obra sairá do papel ainda esse semestre, assim que o projeto de construção for aprovado pelo Conselho Federal.

Advogado saudável. Vida longa!

CAA firma convênio com academia Ecofitness, oferecendo atividades físicas especializadas



no Melhor Idade (direcionado para pessoas na faixa dos sessenta anos) e Plano Turista (direcionado para turistas).

A EcoFitness fica localizada na Av. Daniel de Latouche, 27, Cohajap, São Luís-Ma. O horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 6 às 23h; sábado, das 7h às 13h. Os advogados terão 10% de desconto em todas as atividades.

Maiores informações no telefone: (98) 3226-8053 ou no site: www.ecofitness.com.br

Exercícios físicos personalizados aos advogados que têm descontos especiais

Uma parceria entre a Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (CAA) e a Academia EcoFitness, vai proporcionar aos profissionais da advocacia maranhense mais do que descontos especiais: a garantia de qualidade de vida.

A academia Ecofitness oferece diversas modalidades tais como: musculação, jump, pilates, ginástica localizada, spinning, dança de salão, aeróbica e RPG (Reeducação Postural Global). “O grande diferencial da EcoFitness é que além das modalidades básicas, ela oferece atividades físicas especializadas para diabéticos, hipertensos, cardíacos, obesos, melhor idade, crianças, jovens e atletas em geral, tudo isso com equipamentos de última geração e profissionais capacitados” resalta Ivalfredo de Jesus Ribeiro, proprietário da academia.

Os advogados e advogadas também poderão realizar atividades fora do âmbito da academia, em contato direto com a natureza, como montanhas, rios e praias. A academia oferece passeios ciclísticos, caminhadas, corridas, trilhas, canoagem, arborismo e rapel, com acompanhamento profissional, onde o principal objetivo das atividades é a melhoria da consciência ecológica da sociedade, integrando o homem de forma lúdica ao convívio da natureza.

Todas as modalidades são oferecidas através de planos especiais como: Plano executivo (em horário especial), Plano Familiar, Plano Teen (direcionado para adolescente de até 16 anos), Plano Colegial (convênios com escolas), Plano Empresarial (destinado a servidores e dependentes de empresas conveniadas), Pla-



Academia Ecofitness na avenida Daniel de La Touche

Projeto
ADVOGAR
COM ARTE
apresenta



II BAILE DE CARNAVAL DO ADVOGADO

Quinta, dia 03/3, 21h

Espaço Renascença

Banda Argumento e Gargamel

Entrada Franca para advogados (as) com
Atividade 2011 paga Congressos
na Tesouraria da OAB

Demais convidados: 50 reais



OAB & Você. Sempre.



Tecnologia a serviço do Direito

Convênio da ESA com Associação dos Advogados de São Paulo garante cursos telepresenciais de qualidade aos advogados

Os cursos telepresenciais promovidos pela ESA (Escola Superior de Advocacia),

por estarmos no período de férias, esperávamos um número menor de inscritos.

retoria da Seccional, durante o mês de janeiro foram oferecidos, gratuitamente, os

do Trabalho está sendo gratuito para os novos advogados



Aulas dos cursos são exibidas na sede da OAB/MA, com expositores de renome nacional

por meio de um convênio entre a AASP (Associação dos Advogados de São Paulo) e a OAB/MA superaram as expectativas de público, no mês de janeiro. “Acreditávamos que teríamos inscrições expressivas, mas,

Contamos com a participação de mais de cem pessoas nos cursos telepresenciais e a expectativa da ESA foi superada, com certeza”, comentou o diretor geral da ESA, Eduardo Lula.

Por determinação da Di-

retoria da Seccional, durante o mês de janeiro foram oferecidos, gratuitamente, os cursos de Direito Previdenciário, de Direito Processual Civil e de Direito. No mês de fevereiro (de 7 a 10/02 e de 14 a 17/02), às 18h, na sede da OAB/MA, o curso com o tema *Atualidades em Direito Material e Processual*

Sheila Furtado atua na área do Direito Civil e do Direito de Família e passou a se interessar, recentemente, por Direito Previdenciário. Para ela, as aulas têm sido esclarecedoras, além de um importante estímulo para aprofundar seus conhecimentos. “Pelo fato do curso ser dinâmico, conseguimos tirar nossas dúvidas em tempo real, através das perguntas de outros colegas, de todo o Brasil”, explicou a advogada.

Para quem deseja fazer sua inscrição em algum curso telepresencial, basta ligar para a ESA para o telefone: (98) 2107-5417. O valor do investimento é de R\$ 20,00 (vinte reais) para profissionais e de R\$ 10,00 (dez reais) para estudantes. A quem aderir ao pacote completo dos cursos, será cobrada a taxa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para profissionais e de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) para estudantes.

CURSO SOBRE ATUALIDADES EM DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO



Cursos telepresenciais, dias 7,8, 9,10,14,15,16 e 17/02 • 18h na sede da OAB/MA.

Acesse a programação dos cursos em <http://www.aasp.org.br/>

Valor do Investimento: R\$ 40,00 profissional e R\$ 20,00 estudante

Informações e inscrições: Tesouraria da OAB/MA • 98 2107 5405

